



Projeto permite ao MP retirar indigno da lista de herdeiros

CCJ aprova proposta que assegura não só aos que tenham interesse moral na herança, mas também ao Ministério Público, questionar presença de um dos beneficiados

Dispositivo em vigor no Código Civil desde 1916 pode ser finalmente modernizado, se virar lei proposta aprovada ontem pela CCJ. Ela permite que o Ministério Público e qualquer um com interesse moral na herança

possam pedir a exclusão de pessoas consideradas indignas da lista de beneficiados. Um dos casos mais famosos de exclusão de herdeiro foi o de Suzane von Richthofen, condenada por tramar e participar do assassinato de seus pais. **3**



Eunício Oliveira preside reunião da CCJ: a exclusão de herdeiros por iniciativa do Ministério Público foi elogiada pelos senadores durante a votação do projeto

Gerardo Magella/Senado Federal

Moreira Moura/Senado Federal

Paulo Bernardo (E), ao lado dos senadores Eduardo Braga e Gim Argello, falou sobre banda larga, radiodifusão e TV digital



Isenção do ICMS ajuda a reduzir custo da banda larga

Convidado pela CCT para falar sobre suas metas e planos no cargo, o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, assegurou ontem aos senadores que a isenção poderá permitir uma redução significativa no custo ao consumidor do serviço de acesso rápido à internet. **4**

Mercadoria apreendida pode ser doada a pessoa carente

Projeto aprovado por comissão ontem prevê que os produtos falsificados que não ofereçam riscos à saúde das pessoas poderão ser doados para famílias carentes, em vez de destruídos. Mas será preciso que a marca adulterada não permaneça no produto. **5**

Comissões vão se unir pela reforma política

Presidentes do Senado e da Câmara decidem que as comissões das duas Casas tentarão harmonizar as propostas para acelerar andamento da reforma. **8**

Tasso Jereissati virá falar sobre reformulação

Eduardo Suplicy será o presidente e Ricardo Ferraz o relator da Subcomissão de Reforma Administrativa, que ouvirá relator do ano passado. **8**

Senadores alertam para segurança de usinas nucleares **7**

Plenário aprova diretores do Cade e embaixadores **8**

Prazo para recurso fiscal suspenso nos finais de ano **3**



Sarney fala a estudantes do ensino fundamental durante cerimônia na sala de audiências da Presidência do Senado

Senado e STJ distribuem Constituição a alunos do DF

Cerimônia realizada ontem marcou os dez anos de dois projetos educativos do Superior Tribunal de Justiça e o início de convênio entre as duas instituições. **2**

Jane Araújo/Senado Federal

Senado e STJ distribuem Constituição a estudantes

Cerimônia realizada ontem celebrou os dez anos de dois projetos educativos do Superior Tribunal de Justiça e o início de convênio com o Senado Federal

ESTUDANTES DO 7º e do 8º anos do Centro de Ensino Fundamental 4 de Ceilândia (DF) receberam ontem do presidente do Senado, José Sarney, e do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, exemplares da Constituição federal durante cerimônia realizada na sala de audiências da Presidência do Senado. Trata-se da primeira edição da Carta Magna impressa com o Hino Nacional e o Hino da Bandeira.

Além de celebrar dez anos dos projetos educativos Museu-Escola e Despertar Vocacional Jurídico, desenvolvidos pelo STJ, a solenidade também deu início a um convênio entre as duas instituições para uma nova etapa, que consiste na impressão, por intermédio

da Gráfica do Senado, de mil exemplares mensais da Constituição, que serão distribuídos a alunos desses projetos.

– Agora, com esse novo instrumento, possibilitado pelo Senado, nós realmente vamos ampliar a nossa ação – disse Ari Pargendler.

Após ouvir a execução do Hino Nacional cantado em coro pelos 45 estudantes da escola pública, Sarney ressaltou que o hino brasileiro é uma canção de exaltação à paz e um símbolo da identidade nacional. O senador avaliou, após a cerimônia, que os projetos de iniciativa do STJ e a inserção do Hino Nacional nessas edições da Constituição contribuem para despertar a cidadania na juventude brasileira.

– No tempo que também

estava no colégio, na idade deles, os cadernos tinham o Hino Nacional. Nós todos cantávamos o Hino Nacional. Agora, o STJ está reiniciando uma prática, que é uma prática que tem a maior importância cívica para a juventude brasileira – assinalou Sarney.

Segundo a professora Eunice Rodrigues Silva, do centro educacional de Ceilândia, as iniciativas têm contribuído para uma maior aproximação dos alunos com a legislação.

– O conhecimento traz uma autoestima melhor para esses alunos – disse.

A estudante Tainy de Cássia, da 7ª série do ensino fundamental, também destacou a importância da Constituição, que, segundo a aluna, “ajuda a conhecer melhor o Brasil”.



Presidente do Senado, José Sarney, fala a alunos do 7º e do 8º anos do Centro de Ensino Fundamental 4 de Ceilândia (DF)

Comissão sobre Defesa Civil espera por indicações

O presidente do Senado, José Sarney, informou ontem que aguarda que as lideranças partidárias indiquem senadores para instalar comissão temporária para reformular o Sistema Nacional de Defesa Civil, proposta pelo senador Jorge Viana (PT-AC) no início de fevereiro.

– Os nomes ainda não foram enviados pelos partidos, de maneira que nós estamos esperando para compor as comissões – explicou.

Sarney comentou também a possibilidade de o Congresso instalar uma comissão mista para debater a questão da energia nuclear, o que dependeria apenas da articulação entre deputados e senadores. O assunto retornou à agenda pública com a crise nuclear no Japão, após o terremoto e os tsunamis da semana passada.

Plenário lembra Mário Covas no dia 29 de março

O Plenário aprovou ontem requerimento da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) para que, no dia 29 de março, uma parte da sessão seja dedicada à memória do ex-senador e ex-governador Mário Covas, morto em 6 de março de 2001.

Mário Covas nasceu em Santos (SP) em 1930. Formado em Engenharia, foi fundador do PSDB nacional e, posteriormente, presidiu o partido. Foi deputado por São Paulo em três períodos, inclusive na Assembleia Constituinte, e representou seu estado no Senado de 1987 a 1994. Covas também foi prefeito de São Paulo (1983-85) e governador (1995-2001).

Marinor pede CPI para investigar tráfico de pessoas

Foi lido ontem, pela Mesa do Senado, requerimento da senadora Marinor Brito (PSOL-PA) que defende a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis entre os anos de 2003 e 2011.

Marinor afirma que o tráfico de pessoas é uma das atividades ilegais mais lucrativas do mundo – cerca de US\$ 30 bilhões anuais. Essa rede criminosa, salientou a senadora, envolve violações a direitos humanos, exploração de mão de obra escrava, exploração sexual comercial e até tráfico de órgãos.

– A instalação de uma CPI constitui instrumento fundamental para investigar as denúncias relatadas – afirma.

Abelardo Jurema Filho lança livro no Senado

O jornalista Abelardo Jurema Filho lançou ontem na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, o livro *Cesário Alvim, 27 – histórias do filho de um exilado*.

Na obra, publicada com apoio

da Universidade Federal da Paraíba, o jornalista narra as dificuldades enfrentadas por ele e sua família após o golpe militar de 64, em razão de seu pai – Abelardo Jurema, último ministro da Justiça de João Goulart – ter sido preso e exilado pelos militares.

O livro traz documentos da época da ditadura. O leitor também tem acesso a 19 cartas escritas pelo pai do autor, no exílio, de 1964 a 1978.

Durante a sessão, senador cobrou esclarecimentos do TCU e do governo federal



Waldemir Barreto/Senado Federal

Alvaro Dias pede informações sobre dívida pública

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou questão de ordem a respeito do Acórdão 2.926/10 enviado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) ao Senado. O documento é resultado de auditoria realizada pelo TCU nas secretarias de Tesouro Nacional e de Orçamento federal. A apuração verificou o uso indevido de recursos para amortização da dívida pública federal interna.

O parlamentar indagou sobre as providências tomadas pela Casa a respeito do assunto. O presidente José Sarney determinou à Secretaria-Geral da Mesa que reúna as informações solicitadas para poder atender ao pedido do líder do PSDB.

Senador quer explicações sobre blog de Bethânia

A autorização do Ministério da Cultura para que a cantora Maria Bethânia possa captar R\$ 1,3 milhão pela Lei do Audiovisual, a fim de criar um blog de poemas, foi questionada ontem pelo senador Alvaro Dias.

O parlamentar cobrou de lideranças do governo esclarecimentos sobre o assunto. Ele frisou que neste momento, em que se fala em rigor fiscal, o governo precisa explicar o motivo da decisão.

Projetos aprovados pela Lei do Audiovisual recebem dinheiro de empresas que, em troca, se beneficiam com dedução no imposto de renda. A informação sobre o blog da cantora foi publicada na *Folha de S. Paulo*.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 20h de ontem serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Crédito para o MEC tranca a pauta

14h O Plenário realiza sessão deliberativa. A pauta está trancada por medida provisória (MP 508/10) que abre crédito no valor de R\$ 968 milhões para o Ministério da Educação.

Presidência Frente para reforma política

11h30 O senador José Sarney recebe o presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade. Às 12h, o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), acompanhado dos membros da Frente Parlamentar Mista para a Reforma Política com Participação Popular. Às 16, preside a sessão plenária

CMA/CRA Políticas públicas para a água

8h30 Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura debatem o uso racional da água, o aquecimento global e seus efeitos na produção agrícola. Participa o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Guillo, e representantes do Ministério da Agricultura e do Instituto Socioambiental.

Oficina de flores Homenagem à mulher

9h Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, tem início hoje a primeira turma da oficina de flores de fuxico.

CDH Audiência com a ministra Maria do Rosário

9h A comissão promove audiência pública com a ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, sobre a política do governo para o setor. Antes, poderá ser apreciada, entre outras, proposta para realização de audiência pública sobre violência nas escolas.

CI Eleição de presidente e vice

9h Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura para o biênio 2011/2012.

CRE Desaparecimentos forçados

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota, entre outros itens, texto da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas. Examina ainda acordo sobre transporte marítimo com os Estados Unidos.

Reforma política Três temas na pauta

14h Voto facultativo, reeleição e mandato serão discutidos em reunião da Comissão de Reforma Política.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Moreira/Mantz/Senado Federal

Petecão pede urgência para rever fuso do Acre

O senador Sérgio Petecão (PMN-AC) pediu ontem em Plenário a votação em regime de urgência do projeto que restabelece o antigo fuso horário do Acre, de duas horas a menos em relação a Brasília.

A iniciativa (PLS 91/11) foi apresentada pelo senador Pedro Taques (PDT-MT).

Consulta popular realizada em outubro passado revelou que a maioria dos eleitores acrianos quer a reversão do fuso horário.

O projeto restabelece o fuso alterado pela Lei 11.662, de 24 de abril de 2008, resultante de iniciativa apresentada pelo ex-senador e atual governador do Acre, Tião Viana.

Petecão relatou também encontro de senadores com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e com o diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot.

Eles trataram das obras para a construção de ponte na confluência dos rios Madeira e Abunã, em Rondônia.

Debate tratará de ameaças contra juízes

A CCJ vai promover audiência pública para ouvir juízes federais sobre temas que preocupam a categoria, como as ameaças que vêm sofrendo juízes federais criminais por parte de organizações criminosas. A iniciativa foi do senador Aníbal Diniz (PT-AC).

Será convidado para tratar desse e outros assuntos o presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), Gabriel de Jesus Tedesco Wedy.

Entre os temas a serem debatidos, está a reivindicação dos magistrados no sentido de que a Justiça Federal concentre a análise e julgamento de processos que envolvam transgressões aos direitos humanos, na condição de "prerrogativa única e exclusiva".

Audiências sobre mídia no combate ao tráfico

A CCJ vai promover um ciclo de audiências para avaliar o papel dos meios de comunicação no combate ao narcotráfico e à disseminação do consumo de entorpecentes entre crianças e jovens.

Por sugestão do presidente do colegiado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), devem ser convidados dirigentes dos principais veículos de comunicação, jornalistas, estudiosos da mídia e comunicadores de projeção nacional, além do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Segundo o senador, enfrentar as drogas compete não apenas a autoridades governamentais, órgãos de segurança e profissionais da saúde, mas "a todas as forças vivas da nação".

Aprovada em decisão terminativa, proposta que promove mudanças em dispositivos do Código Civil relacionados a exclusão de herdeiro também autoriza pessoas que tenham legítimo interesse na causa a ingressarem com a ação

Projeto permite ao MP entrar com ação para excluir herdeiro indigno

PROPOSTA APROVADA ONTEM pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa, permite que tanto o Ministério Público quanto pessoas que tiverem legítimo interesse moral em uma causa entrem com ações para declarar um herdeiro como sendo indigno, e assim excluí-lo da herança. Esse direito, segundo a proposta, acaba em dois anos, contados do início da sucessão ou da abertura judicial do testamento. Hoje, somente aqueles que têm interesse econômico na sucessão podem propor a ação.

De autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), o projeto (PLS 118/10) foi relatado por Demóstenes Torres (DEM-GO), que apresentou seis emendas. Caso não haja recurso para apreciação pelo Plenário, a proposta seguirá diretamente para o exame da Câmara.

– Esta é uma das matérias mais importantes da legislatura. Na alteração do Código Civil [feita em 2002], o assunto não foi tratado e permanece o texto desde 1916 – disse Demóstenes.

Caso Richthofen

Nos últimos anos, o caso mais famoso de perda do direito à herança dos pais é o de Suzane von Richthofen, condenada por participação, em outubro de 2002, no assassinato dos pais, Manfred e Marísia von Richthofen. Suzane, que tinha 18 anos, permitiu a entrada dos executores do crime, os irmãos Cristian e Daniel Cravinhos, na casa da família.

Em fevereiro deste ano, a 1ª Vara de Família e Sucessões de Santo Amaro decidiu pela exclusão de Suzane da relação de herdeiros, a pedido do irmão, Andreas. Os bens do casal somariam R\$ 11 milhões.

Caso o irmão desistisse da ação, ela continuaria tendo direito à metade da herança. Porém,



Demóstenes (D): "Na alteração do Código Civil [feita em 2002], o assunto não foi tratado e permanece o texto desde 1916"

com as mudanças propostas no PLS 118/10, o MP poderia promover a ação.

Demóstenes explicou que a proposta amplia o alcance do instituto da indignidade sucessória, para privar do direito à herança não apenas herdeiros ou legatários indignos, mas também pessoas que desfrutariam indiretamente da herança e são acusadas de cometer algum dos crimes descritos contra o possuidor do patrimônio.

Abandono

Outra inovação importante da proposta impede a sucessão direta ou indireta por indignidade a quem abandonar ou desamparar economicamente o detentor da herança, sem justa causa.

Conforme emenda do relator, esse impedimento é estendido ao caso de ausência de reconhecimento voluntário de paternidade ou maternidade do filho durante a menoridade.

Seriam tomados ainda como causa de indignidade sucessória os atos de furtar, roubar, destruir, ocultar, falsificar ou alterar o



Suzane (com os Cravinhos): ela foi excluída da herança a pedido do irmão

testamento do dono da herança. Incurreria na mesma pena aquele que, mesmo não tendo sido o autor direto ou indireto de qualquer desses atos, fizer uso consciente de documento irregular.

Após ajuste da relatoria, o projeto passou a estabelecer que essa restrição seja determinada não só por sentença dada no processo de inventário, mas também por decisão judicial anterior, vinculada a ação cível ou criminal em que a conduta indigna tenha sido expressamente reconhecida.

Quanto às alterações no instituto de deserção, a proposta determinou que os herdeiros necessários (ascendentes e descen-

dentes) poderão ser privados da herança, parcial ou totalmente, por todas as hipóteses que podem afastá-los da sucessão por indignidade. Essa inovação, inspirada na legislação estrangeira, segundo Demóstenes, refere-se à possibilidade de deserção parcial do herdeiro e de perdão do deserddado pelo autor do testamento.

A senadora Ana Rita (PT-ES) afirmou, durante os debates, que proposta com finalidade semelhante, de autoria da então senadora Serys Slhessarenko, foi aprovada pelo Senado em agosto do ano passado. O PLS 168/06, informou a senadora, está em exame na Câmara dos Deputados.

"Esta é uma das matérias mais importantes da legislatura", afirma o relator, Demóstenes Torres

Prazos para recurso podem ser suspensos nos fins de ano

Os prazos para apresentação de impugnação e de recursos próprios do processo administrativo fiscal poderão ser automaticamente suspensos durante as festividades de final de ano, mais especificamente entre os dias 20 de dezembro e 10 de janeiro subsequente. Com isso, o contribuinte pessoa física e as empresas poderão ter mais tempo para apresentar suas defesas. É o que prevê proposta aprovada ontem pela CCJ, em decisão terminativa.

Como foi aprovado substitutivo ao projeto original, haverá votação em turno suplementar antes do envio à Câmara.

De acordo com o autor do

projeto (PLS 481/08), o então senador Raimundo Colombo, a impugnação ao auto de infração ou à notificação de lançamento, no âmbito do processo administrativo fiscal (PAF), regido pelo Decreto 70.235/72, "é de extrema importância para o contribuinte", mesmo havendo a possibilidade de recorrer via esfera judiciária.

Pelo artigo 15 do decreto, a impugnação tem que ser apresentada ao órgão preparador no prazo de 30 dias, contados da data em que for feita a intimação da exigência.

Colombo explica que, no final de cada exercício, a Receita Federal tem intensificado as

autuações e lançamentos, dificultando a apresentação da defesa em tempo hábil, devido às festividades de final de ano e ao acúmulo de serviço das próprias empresas, que contam com equipes reduzidas de funcionários e ainda precisam tomar providências com relação ao fechamento do exercício fiscal.

O relator, Francisco Dornelles (PP-RJ), concorda com Colombo e lembra ainda que não só as empresas, mas também as pessoas físicas ficam assoberbadas com as atividades de final de ano, encontrando, assim, dificuldades para "conseguir reunir a documentação necessária à defesa fiscal".

– O projeto é simples e de grande utilidade, pois, ao suspender o prazo, não dificulta, mas abre um caminho ao contribuinte que tem que apresentar suas justificativas – afirmou o relator.

Entretanto, Dornelles lembra que o projeto original refere-se somente ao prazo para a impugnação, ou seja, defesa junto à primeira instância, quando deveria, "por questão de coerência", ser estendido também para os prazos recursais. Diante disso, optou pela apresentação de outro texto, segundo o qual a suspensão do prazo no final do ano se aplicará à impugnação, ao recurso voluntário e ao recurso especial.

Paulo Bernardo fala sobre planos e prioridades das Comunicações e diz que isenção vai reduzir o custo do serviço de acesso rápido à internet

Ministro defende banda larga isenta de ICMS



Plenário lotado na CCT, para o debate com o ministro Paulo Bernardo: banda larga, radiodifusão e TV digital entre os temas

Senadores pedem recursos do Fust em infovias

Diversos senadores cobraram a aplicação de recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) na instalação da infraestrutura necessária à ampliação da banda larga no país. Eles criticaram o fato de os recursos do fundo, instituído em 2000, serem sistematicamente contingenciados pelo governo.

– Nos últimos dez anos, os recursos arrecadados pelo Fust e pelo Fistel têm sido apropriados pelo Tesouro. O montante já supera os R\$ 30 bilhões. Se investidos em banda larga, esse montante permitiria ao Brasil contar com uma das melhores condições de infraestrutura nessa área – disse Cyro Miranda (PSDB-GO).

Paulo Bernardo explicou que a legislação que regulamenta o uso dos recursos do Fust prevê critérios que inviabilizam a maior parte dos projetos apresentados. Para solucionar o problema, ele assinalou que está para ser votado na Câmara projeto (PL 1.481/07) que modifica tais critérios, facilitando o uso do dinheiro.

Frente ao possível acesso aos recursos, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) quis saber se os valores arrecadados em anos anteriores poderiam ainda ser aplicados. O ministro disse que provavelmente não, mas lembrou que são depositados no Fust cerca de R\$ 500 milhões por ano.

Reticente quanto à perspectiva de utilização do fundo, Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que “o Fust é igual a perna de cobra: dizem que tem R\$ 6 bilhões, tem R\$ 8 bilhões, só que ninguém vê. Se ele existir, que seja usado para colocar as infovias”.

Norte e Nordeste cobram universalização do acesso

Senadores que representam estados do Norte e do Nordeste cobraram do ministro Paulo Bernardo medidas para resolver dificuldades de acesso à internet enfrentadas por boa parte dos municípios dessas regiões. Para eles, a universalização da banda larga no país é hoje condição para a superação das desigualdades regionais no Brasil.

– Universalizar, na Amazônia, é corrigir distorções históricas – frisou o senador João Pedro (PT-AM).

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu investimentos em infraestrutura de comunicação, para que seja possível a integração dessas regiões às redes de informação hoje disponíveis. Já a senadora Ângela Portela (PT-RR) criticou a exclusão de Roraima do PNBL.

– Há um tratamento [do ministério] diferenciado com relação aos estados – reclamou a senadora, mas o ministro respondeu que está prevista uma revisão do plano, quando serão incluídos todos os estados.

Eduardo Braga opinou que o governo deve disponibilizar formas de acesso à internet de acordo com as características das regiões.

– Na Amazônia, o acesso por fibra ótica tem limitações físicas e geográficas. É importante que também seja disponibilizada infraestrutura de acesso por satélite para a região – observou.

Paulo Bernardo destacou ações no sentido de ampliar as redes de fibra ótica, citando como exemplo a chegada a Manaus de linha que vem da Venezuela.

A DESONERAÇÃO DO Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a banda larga poderá reduzir o preço da assinatura mensal de acesso à internet a R\$ 29, previu ontem o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

O ministro defendeu a retirada do tributo em audiência pública ontem, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), do governo federal, considera como banda larga velocidades de transmissão de dados a partir de 512 kbps.

– Isso não resultará em queda de arrecadação dos estados – frisou o ministro, explicando que, sendo o acesso à banda larga ainda muito restrito, não é significativa a arrecadação atual de ICMS sobre esse serviço.

Paulo Bernardo apresentou aos senadores as ações prioritárias de sua pasta: além do PNBL, os programas de inclusão digital, o avanço na implantação da TV digital, estudos para definir o marco regulatório das comunicações eletrônicas e os planos de instalação de infraestrutura de comunicação para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

O ministro foi cobrado pelos

senadores quanto às metas de universalização dos serviços de telefonia, internet e radiodifusão. Ao agradecer a presença do ministro, o presidente da CCT, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), lembrou as dificuldades de acesso enfrentadas pelos habitantes da região amazônica.

– Universalizar o acesso à informática é garantir diversas ferramentas para o desenvolvimento da população daquela região – disse, ao elogiar a forma como Paulo Bernardo vem conduzindo o ministério.

Radiodifusão

Para a radiodifusão, o ministro destacou como prioridade a diminuição da burocracia nas outorgas e sanções mais pesadas para as empresas que descumprem a legislação, que poderiam chegar à cassação do funcionamento.

– Hoje, as multas são de pequeno valor e uma emissora que descumpra a legislação tem uma multa, uma segunda multa, uma terceira e assim por diante. Queremos adotar um critério progressivo – informou.

Sobre o marco regulatório das comunicações eletrônicas, Paulo Bernardo disse que está revisando a proposta elaborada na gestão anterior, que antes passará por consulta pública.



Paulo Bernardo (E), com Eduardo Braga: marco regulatório ainda em revisão

CDR debate inclusão digital, guerra fiscal e transportes

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem requerimento para debater a guerra fiscal entre os estados, as deficiências na logística de transporte em portos e aeroportos e as alternativas para agilizar a inclusão digital das camadas menos favorecidas. O foco das discussões será a superação das desigualdades regionais.

A senadora Ana Amélia (PP-

RS), autora da proposta, disse que embora o Brasil seja “altamente produtivo”, perde em competitividade, inclusive para os parceiros do Mercosul, por conta da logística deficiente.

As audiências públicas, na avaliação da senadora Ana Rita (PT-ES), vão ajudar os parlamentares a terem uma visão do país como um todo, mostrando os caminhos para a superação das desigualdades.



Ana Amélia apresentou dois dos requerimentos de debates aprovados ontem

Ângela Portela (PT-RR) comemorou a inclusão de Roraima no Plano Nacional de Banda Larga (PNBL). Ela agradeceu ao ministro Paulo Bernardo o atendimento do pleito do seu estado. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), complementou que ainda no governo Lula o ministro das Comunicações, José Artur Filardi Leite, já havia prometido a inclusão de Roraima no PNBL. Ângela Portela também registrou que o Senado deverá votar em breve o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020.

João Pedro (PT-AM) elogiou o debate sobre o PNBL e salientou que o ministro firmou compromisso de que o plano será alterado para que todos os estados sejam incluídos no plano.

– Não podemos conceber o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda na Amazônia sem termos internet no território amazônica com eficiência e preço justo – disse o senador, que acredita que o PNBL pode contribuir para a universalização da internet no Brasil.

Brasil é apenas 60º em velocidade de conexão

O plano de oferecer a banda larga por R\$ 29 passa pela reativação da Telebrás, estatal praticamente extinta após a privatização do sistema de telefonia, em 1998. Para isso, a empresa, que já tem autorização da Anatel para entrar no mercado de internet rápida, vai utilizar a rede de fibra ótica da falida Eletronet, estatal montada pela Eletrobrás nos anos 90, hoje alvo de disputas judiciais.

As grandes empresas de telefonia questionam o governo, reclamam da alta carga tributária (que chega a mais de 40%) e assinalam que os preços estão caindo e a penetração da banda larga, se expandindo.

Dados da União Internacional de Telecomunicações, porém, mostram que o Brasil ocupa a 60ª posição entre 159 países no que diz respeito à disseminação e qualidade da banda larga. A velocidade média de conexão no Brasil é inferior à de Chile, Argentina e México e de todos os países da Europa e da América do Norte.

Os senadores do Norte e Nordeste têm razões para reclamar do serviço. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2008 mostrou que dez estados brasileiros do Norte e Nordeste tinham menos de 11% de residências com internet rápida.

Desempenho

Índice da ONU mede nível das tecnologias de informação

Suécia (1º)	7,85
Coreia do Sul (3º)	7,68
Holanda (5º)	7,37
Japão (8º)	7,12
Reino Unido (10º)	7,07
Alemanha (13º)	6,95
França (18º)	6,55
EUA (19º)	6,54
Espanha (25º)	6,27
Portugal (32º)	5,77
Rússia (48º)	4,54
Argentina (49º)	4,38
Chile (54º)	4,20
BRASIL (60º)	3,81
México (77º)	3,25
China (79º)	3,23
Índia (117º)	1,75

Fonte: Measuring the Information Society, UIT, ONU



Wellington Dias: não existe estrutura de apoio a dependente

Subcomissão debaterá álcool, drogas e crack

Por sugestão dos senadores Wellington Dias (PT-PI) e Ana Amélia (PP-RS), a CAS vai instalar uma subcomissão temporária para analisar as políticas sociais destinadas a dependentes químicos de álcool e drogas e as formas de combate ao consumo de crack.

A subcomissão será composta por cinco titulares e cinco suplentes e deverá, em 90 dias, apurar o alcance desses problemas e recomendar soluções ao poder público e à sociedade civil.

Wellington Dias afirmou ainda não existir uma estrutura adequada de atenção ao dependente químico no país. Já Ana Amélia argumentou que, mais do que uma questão ligada à segurança, o crack se tornou um grave problema de saúde pública.

Diversos senadores apoiaram a proposta. Para Waldeir Moka (PMDB-MS), debater a expansão no consumo do crack – “que já chegou ao meio rural” – vai ser um grande serviço prestado pelo Senado à sociedade. Ex-secretário de Saúde de Sergipe, Eduardo Amorim (PSC-SE) disse considerar que o mundo das drogas “é um labirinto de perversidade”, e afirmou esperar que o trabalho desse colegiado oriente as ações de saúde pública para dependentes químicos.

Previdência

Outro requerimento aprovado ontem foi apresentado por Ana Amélia e solicita a vinda à comissão do ministro da Previdência Social, o senador licenciado Garibaldi Alves Filho, para falar sobre as diretrizes e os programas de sua pasta para os próximos dois anos.

CAS aprova projeto de Paulo Paim que tramita há 11 anos no Congresso Nacional. O objetivo é evitar o desperdício com a destruição de mercadorias, que devem estar em boas condições e não oferecer risco à saúde das pessoas

Produtos falsificados apreendidos podem ser doados a pessoas carentes

PESSOAS CARENTES PODERÃO passar a receber produtos falsificados apreendidos, desde que a marca fraudada tenha sido inutilizada ou destruída. A sugestão partiu de projeto de lei da Câmara (PLC 62/10) aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), apresentado há quase 11 anos pelo então deputado e hoje senador Paulo Paim (PT-RS).

A proposta acrescenta dispositivo à Lei 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial) com a intenção de evitar o desperdício de produtos que, livres da marca da falsificação, poderiam ser aproveitados pelos mais pobres. Esse argumento de Paim acabou

convencendo o relator do PLC 62/10 na CAS, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a defender sua aprovação, com duas emendas.

Suplicy destacou, no parecer, que a legislação atual garante ao proprietário da marca solicitar não só a apreensão, mas a destruição do produto. O relator admite que esse tipo de mercadoria, por não cumprir os requisitos mínimos de qualidade e segurança, pode oferecer riscos à saúde das pessoas. Mas, se essa ameaça for descartada, acredita não haver problemas em doá-los aos mais necessitados, desde que retirados os vestígios da marca e preservados os direitos de seu titular.

– Não havendo prejuízo ao direito da propriedade industrial, reputamos inadmissível, em um país em que parcela considerável da população ainda vive em condições precárias, permitir que produtos adequados ao uso sejam destruídos – observou Suplicy no parecer.

Regulamentação

Os ajustes feitos pelo relator buscaram determinar o envio imediato dos produtos para entidades de assistência social legalmente constituídas e sem fins lucrativos.

Mas, durante a discussão da matéria, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) considerou

a necessidade de definir melhor o produto que pode ou não ser reaproveitado em caso de pirataria. Paim informou, então, que esse detalhamento deverá vir em regulamentação do Ministério da Justiça.

O autor do projeto leu trechos de um acordo interministerial já firmado – com o aval dos empresários – permitindo a doação de bens falsificados para pessoas necessitadas se, comprovadamente, não houver riscos à propriedade industrial ou à saúde.

O PLC 62/10 vai ser votado em seguida, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Paulo Paim (D) apresentou o projeto quando ainda era deputado federal: emendas vão devolver a proposta à Câmara



Prazo maior para compensação entre regimes de previdência

A CAS aprovou, em decisão terminativa, novo prazo para a compensação financeira entre a Previdência Social e os regimes previdenciários dos servidores públicos federais, estaduais e municipais. A medida vai se aplicar aos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para fins de aposentadoria e pensão.

A ampliação desse prazo, que terminou no dia 5 de maio de 2010, foi proposta em substitutivo a projeto (PLS 385/08) do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE). Pelo texto do relator, Paulo Paim (PT-RS), as instituições previdenciárias instituidoras (responsáveis pela concessão e pelo pagamento

desses benefícios a trabalhadores com tempo de contribuição em outro regime) terão até cinco anos para repassar informações ao regime previdenciário de origem (ao qual o beneficiário esteve vinculado sem dele receber aposentadoria ou pensão).

De acordo com o cronograma do projeto, as instituidoras deverão enviar até 30% dos dados no prazo de um ano após a entrada em vigor da lei; até 45% no prazo de dois anos; até 60% no prazo de três anos; até 80% no prazo de quatro anos; concluindo o processo no quinto e último ano. Se descumprirem essas regras, não terão direito a compensação financeira.

Juiz do Trabalho poderá pedir a perito cálculo de indenização

Os juízes do Trabalho poderão nomear peritos para a elaboração de cálculos de liquidação de sentença judicial quando verificarem que esses procedimentos são muito complexos. É o que prevê projeto de lei da Câmara (PLC 107/09) aprovado ontem em decisão terminativa pela CAS.

A proposta acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e foi sugerida pelos próprios juízes. No parecer favorável, o relator, Paulo Paim, observou que a utilização de peritos contábeis para calcular quantias devidas ao trabalhador já é prática corrente na Justiça do Trabalho.

“Por suas características de maior informalidade e celeridade, decorrente da própria necessidade de um processo que seja ágil e eficaz para garantir ao trabalhador a rápida percepção de seus direitos, é necessário dotarmos o processo do Trabalho de suas próprias regras, específicas às peculiaridades da prestação jurisdicional trabalhista”, ressaltou Paim no parecer.

O relator lembrou ainda que a maioria das sentenças favoráveis ao trabalhador não tem definido o valor a ser pago, recorrendo-se, assim, ao cálculo ou ao arbitramento para sua fixação, como prevê o artigo 879 da CLT.

Adiada decisão sobre resultados de fiscalização da Anvisa

Três projetos foram retirados ontem da pauta de votações da CAS. Relator do projeto (PLS 86/08) que torna obrigatória a divulgação, na internet, dos resultados de análises laboratoriais fruto de fiscalizações realizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abas-

tecimento, Jayme Campos (DEM-MT) quis reexaminar a matéria. O líder do bloco governista, Humberto Costa (PT-PE), também espera discutir a proposta com representantes da Anvisa e dos ministérios da Saúde e da Agricultura.

O parlamentar apresentou ainda pedido de vista ao Projeto de Lei da Câmara

(PLC) 159/10, que obriga as empresas do setor elétrico a pagar seguro contra acidentes pessoais aos empregados que realizam atividades perigosas. O líder petista acredita que a proposta, ao vincular o benefício a uma categoria específica, é inconstitucional.

Também foi retirado da pauta o projeto (PLS 225/10) de tornar lei a promoção de

uma alimentação saudável nas escolas públicas e partilhadas.

A relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), acatou ponderação de Paulo Davim (PV-RN) de que a proposta deveria prever a oferta de alimentação especial para estudantes portadores de diabetes, hipertensão e deficiência renal.



Jayme Campos quer aprofundar exame da proposta para emitir seu parecer



Senador elogia governador baiano

Walter Pinheiro aponta ações em saúde bucal

Investimentos de R\$ 1,3 milhão com a implantação de 29 consultórios dentários na Bahia e em outros estados do Nordeste e a criação de 3.127 novos postos de trabalho no estado entre janeiro e fevereiro de 2011 foram comemorados ontem pelo senador Walter Pinheiro (PT-BA).

Essa foi a forma encontrada pelo senador para homenagear o governador baiano Jaques Wagner, que completou ontem 60 anos de idade. O governador petista tem conseguido atrair investimentos para o estado, disse. De acordo com o senador, até o momento, a Bahia conta com 1.822 equipes de saúde bucal em 343 municípios, responsáveis pelo atendimento de 43% da população, números que apontam incremento da ordem de 57% em oito anos.

Ferraz vê boa chance com visita de Barack Obama

O senador Ricardo Ferraz (PMDB-ES) destacou ontem a visita ao Brasil do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, que começa amanhã. Para ele, a vinda de Obama pode dar impulso importante às negociações, mas defende a reavaliação da agenda entre os dois países considerando o aumento da parceria comercial.

Aspectos como a dupla tributação dos produtos brasileiros e as barreiras protecionistas precisariam ser reavaliados, disse Ferraz, que também citou "a desconfiança exagerada" dos consulados americanos diante dos pedidos de visto de entrada dos brasileiros.

Segundo ele, cerca de 1,2 milhão de brasileiros entraram nos EUA em 2010, número que aumenta a cada ano. A quantidade de vistos negados teria caído de 12% para 5%, o que qualificaria o Brasil a entrar no grupo dos países dispensados de visto.

Senadora assegura que os cortes orçamentários anunciados pelo governo federal para este ano não prejudicam os programas mais importantes nem os investimentos

Marta destaca preservação de investimentos sociais

A SENADORA MARTA Suplicy (PT-SP) comentou ontem o corte de R\$ 50 bilhões feito pelo governo no Orçamento deste ano, destacando que não há previsão de redução nos investimentos sociais. A parlamentar afirmou que o ajuste é uma prova do compromisso do governo com um " pilar fundamental" da política macroeconômica.

Segundo Marta Suplicy, a política do governo inclui a blindagem e o incremento das despesas com programas sociais; a priorização dos investimentos públicos e de ações indutoras do investimento privado; e o controle e a racionalização dos gastos de custeio.

Em relação aos gastos sociais, Marta ressaltou que a educação terá este ano um investimento R\$ 6 bilhões superior ao de 2010, enquanto a saúde terá R\$ 10



Senadora cita exemplo do Minha Casa, Minha Vida, que não foi prejudicado

bilhões a mais. O orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo programa Bolsa Família, cresceu R\$ 3,6 bilhões, acrescentou.

– Uma das primeiras iniciativas da presidenta Dilma neste sentido foi o reajuste em até 45,5% dos benefícios do programa

Bolsa Família. O reajuste beneficiará 12,9 milhões de famílias, cerca de 50 milhões de pessoas com renda mensal *per capita* de até R\$ 140. O investimento federal será da ordem de R\$ 2,1 bilhões – disse.

Sem prejuízos

Marta Suplicy argumentou que, mesmo nos casos de cortes, não houve comprometimento das metas estabelecidas. A senadora citou como exemplo a redução de R\$ 5,1 bilhões nos recursos do programa Minha Casa, Minha Vida, que, segundo ela, não comprometeria operações já contratadas.

– A preservação dos recursos para a área social é central para o compromisso do governo de combate à miséria e de inclusão econômica e social da população mais carente – afirmou.



Crivella: contribuição à cultura do país

Crivella comemora Dia Nacional da Imigração Judaica

Marcelo Crivella (PRB-RJ) prestou ontem homenagem ao Dia da Imigração Judaica, comemorado no Brasil amanhã

– É uma oportunidade para fixar na consciência nacional não apenas a importância das famílias de imigrantes judeus, que passaram a compor a paisagem humana brasileira, mas também a profunda ligação que temos com vários elementos da cultura judaica, desde o período colonial – disse o senador.

Crivella salientou que, embora a população judaica no país seja pequena, em torno de apenas 120 mil pessoas, os membros são extremamente ativos, com centenas de nomes expressivos nas artes, na política, nos esportes, na ciência e nos negócios.

Paim pede verbas para municípios retidas pela União

Paulo Paim (PT-RS) pediu ontem ao governo federal que libere recursos de convênios firmados com prefeituras em seu estado. A retenção de verbas, segundo Paim, tem colocado os municípios em situação difícil frente ao empresariado e à população local.

– Prefeitos, vereadores e empresários falam sobre as dificuldades enfrentadas devido à falta de liberação dos recursos financeiros necessários para pagamento dos convênios e contratos – disse.

Ele informou que a maioria dos contratos de repasse de recursos federais destina-se a aquisição de máquinas agrícolas que foram empenhadas, liquidadas e não pagas.

Paim reclamou ainda do corte de 35% de suas emendas individuais destinadas a municípios gaúchos. De acordo com ele, as dotações das emendas são importantes para as comunidades locais, pois, além de criar a expectativa da concretização efetiva de políticas públicas, fomentam o controle social, fundamental na gestão dos recursos públicos.



Lidice: dados comprovam diferença

Lidice ressalta Ano dos Povos Afrodescendentes

No Brasil, a cada três vítimas de assassinato, duas são negras. De 2005 para 2008, houve uma queda de 22,7% nos homicídios contra pessoas brancas. Entre os negros, essa taxa subiu 12,1%. Os dados foram citados pela senadora Lidice da Mata (PSB-BA) para destacar a importância do país se incorporar à programação do Ano Internacional dos Povos Afrodescendentes, celebrado em 2011 sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU).

– Ainda não conquistamos em nosso país a igualdade assegurada na Constituição. Temos ainda 800 mil crianças entre 7 e 14 anos fora das escolas. Dessas crianças, 500 mil são negras – afirmou Lidice da Mata.



Senador aponta inadequação

Davim lamenta número de partos em jovens

O senador Paulo Davim (PV-RN) manifestou preocupação com o número de partos em jovens de 10 a 19 anos registrados em 2010. De acordo com dados do Ministério da Saúde, foram 429.018 nascimentos incluídos neste caso no ano passado, embora tenha ocorrido uma redução dos índices de gravidez neste segmento da população.

– Sendo a adolescência uma fase de maturação, de transição, de dedicação aos estudos, de busca pelo primeiro emprego para muitos de nossos jovens brasileiros, todos devemos de convir que ela não é o momento mais adequado para uma gravidez não planejada – comentou Davim.

Senado debate produção de leis sobre saúde

O Senado realiza, nos dias 22 e 23, o *Seminário de Direito Legislativo – o direito à saúde na produção legislativa*. O objetivo é discutir, com professores, especialistas e parlamentares, a produção de normas para a área da saúde. Os senadores Humberto Costa (PT-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) participarão do debate.

A programação do seminário inclui as conferências "A emergência do Direito Sanitário como um novo campo do Direito" e "A Regulamentação da Emenda Constitucional 29: dificuldades e perspectivas".

O evento, aberto ao público em geral, é uma parceria entre a Consultoria Legislativa e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). As inscrições podem ser feitas até 18 de março pelo *site* da Fiocruz.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Vanessa Graziotin • Mozarildo Cavalcanti • Pedro Taques • Sérgio Petecão • Marta Suplicy • Wilson Santiago • João Vicente Claudino • Vital do Rêgo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Ivo Cassol reclama construção de ponte entre Rondônia e Acre

Os vários atrasos na construção de uma ponte na BR-364, que interligará os estados de Rondônia e Acre, motivaram protesto do senador Ivo Cassol (PP-RO). Ele relatou sua participação em encontro de senadores de ambos os estados com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e com diretores do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). O ministro informou que o projeto de construção da ponte estava incompleto e que



Ivo Cassol

isso deve atrasar por mais um ano a licitação da obra.

Cassol também cobrou a restauração e duplicação das BRs 364 e 319 e a conclusão de viadutos em Porto Velho e Pimenta Bueno.

– Sem estrada não conseguimos fazer uma agricultura forte nem fomentar o nosso setor pecuário. Precisamos urgentemente que essas medidas sejam tomadas, que esse dinheiro não seja contingenciado e que essas obras sejam licitadas – disse.

Mozarildo: operação da PF confirma fraudes em Roraima

A Polícia Federal deflagrou, ontem, uma operação em Roraima para apurar suposto prejuízo aos cofres públicos que pode ser superior a R\$ 30 milhões. A ação foi mencionada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que lembrou que algum tempo depois de denunciar o esquema agora sob investigação, em agosto do ano passado, chegou até a receber ameaças de morte.

Segundo Mozarildo, a Secretaria Estadual de Saúde,



Mozarildo Cavalcanti

entre 2008 e 2009, superfaturou as compras.

– Naquela ocasião, disse que me sentia triplamente indignado: como cidadão, como senador e muito mais ainda como médico. É lamentável constatar que na

área de saúde de Roraima estava montada uma quadrilha para assaltar o dinheiro destinado a atender os mais pobres e a comprar medicamentos, equipamentos e material de consumo – afirmou.

Jayme Campos critica construção da Hidrelétrica Teles Pires

A construção da Usina Hidrelétrica Teles Pires sem a edificação da respectiva eclusa foi motivo de protesto por parte do senador Jayme Campos (DEM-MT). O parlamentar apontou o aumento significativo do custo do projeto com a construção posterior da eclusa.

Carta do ex-presidente da Comissão Pró-Hidrovia Teles Pires-Juruena-Tapajós, Mario Nishikawa, divulgada em fevereiro, informa que o sistema de eclusa terá de ser construído

fora do leito do rio, o que acarretará a necessidade de escavações e a remoção de “grande volume de terra”, afirmou.

– Além de todas essas desvantagens, soma-se a perda de precioso tempo; terá que se enfrentar novas lutas não só para alocação de recursos financeiros mas também novas licenças ambientais, audiências públicas e batalhas judiciais com ONGs que defendem principalmente interesses contrários alienígenas – protestou.

Eduardo Amorim lembra 156 anos de Aracaju e exalta belezas naturais

Aracaju, que completa 156 anos de história hoje, já nasceu capital, garantiu o senador Eduardo Amorim (PSC-SE), ao contar, ontem, em Plenário, um pouco da história da cidade sergipana.

Segundo ele, o plano urbanístico de Aracaju desafiou a capacidade da engenharia e foi concebido a partir da implantação dos modelos avançados da época, como Washington, Chicago e Buenos Aires. Todas as ruas foram organizadas geometricamente, para desembocarem



Eduardo Amorim

no rio Sergipe. Até então, as cidades adaptavam-se às condições topográficas naturais, contou Amorim.

– Aracaju, além de suas indiscutíveis belezas naturais, com 25 quilômetros de praias que se estendem da barra do rio Sergipe, ao norte, até a foz do rio Vaz-Barris, ao sul, é, também, uma das cidades do Nordeste com melhor qualidade de vida e que tem no seu povo a marca da coragem, da força e da dignidade – exaltou o senador.

Acidentes no Japão servem de alerta para que o país avalie com mais cuidado o uso de energia com tal potencial destrutivo, lembram Jorge Viana e Antônio Carlos Valadares

Senadores advertem para segurança de usinas nucleares

OS SENADORES JORGE Viana (PT-AC) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) lembraram ontem, em Plenário, que o Brasil precisa ficar alerta para a segurança em suas usinas nucleares, diante da gravidade da situação do Japão, após o terremoto e os tsunamis da semana passada.

Viana considera urgente a necessidade de revisão dos procedimentos de segurança das usinas nucleares brasileiras.

– Como ocorre hoje na Europa e em outras partes do mundo, o Brasil precisa ver nesse acidente a necessidade de revisar seus projetos e os procedimentos de segurança – disse o senador, ao comentar reportagens do jornal *O Globo* sobre os acidentes em centrais nucleares no Japão.

Cuidados

Viana e Valadares são autores de requerimento aprovado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) convidando o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva,



Jorge Viana: o Brasil deve ver necessidade de revisar os projetos

para prestar esclarecimentos aos parlamentares.

Para Valadares, o Brasil não pode ficar alheio ao debate sobre a segurança das usinas e o Senado pode e deve liderá-lo, não permitindo que a discussão fique restrita aos especialistas.

– Nosso objetivo é que o presidente da Eletronuclear esclareça ao Senado e à sociedade acerca dos sistemas de segurança das usinas já instaladas; dos planos de emergência em caso de aci-



Valadares diz que mundo vive hoje um dilema em relação à energia atômica

dentes; e do plano de expansão do programa, com foco nos sistemas de segurança, prevenção de acidentes e armazenamento dos resíduos – explicou.

Valadares disse que hoje se vive um dilema: embora a energia atômica seja de grande utilidade e, até certo ponto, compatível com o zelo ambiental, há uma grande dúvida se o homem pode se servir de uma tecnologia sobre a qual não tem domínio absoluto.

Suplicy pede que Obama anuncie fim de bloqueio

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que, em sua visita ao Brasil, o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, anuncie o fim do bloqueio econômico a Cuba durante o pronunciamento que fará ao povo brasileiro no domingo.

– Que possa a Cinelândia se encher do povo brasileiro e possa o presidente Barack Obama estar certo de que, no seu discurso, quando ele disser que vai acabar com o bloqueio, com o embargo contra Cuba, ouvirá a reação positiva, os aplausos do povo brasileiro e dos povos das Américas – sugeriu.

Suplicy também criticou o tratamento dado pelos Estados Unidos à fronteira com o México e lembrou que, em discurso, em Berlim, na Alemanha, Obama disse que “os muros entre os países que têm mais e os que têm menos não podem continuar”.

Mesa analisará nova representação no Parlasul

A convocação de uma sessão do Congresso para examinar a proposta de renovação da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) deverá ser analisada na próxima reunião da Mesa do Senado. A inclusão do tema foi anunciada ontem, durante encontro do presidente do Senado, José Sarney, com parlamentares integrantes da antiga composição da representação e lideranças partidárias.

Terá de ser colocada em votação em uma sessão do Congresso proposta de resolução destinada a garantir um mandato aos parlamentares que representarão o Brasil no Parlasul até a escolha, por eleição direta, dos futuros parlamentares do Mercosul. A mesma resolução ampliará de 18 para 37 o número de integrantes da representação brasileira. Desse total, 27 serão deputados e dez, senadores.

Randolfe defende projeto que cria a Comissão da Verdade

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) defendeu ontem o projeto de lei que cria a Comissão da Verdade, destinada a esclarecer fatos ocorridos durante o período da ditadura militar. Para o senador, a Comissão da



Randolfe Rodrigues

Verdade concluirá a transição democrática, será a segunda Lei de Anistia e colocará o ponto final nesse processo iniciado em 1985.

Ele disse que a presidente Dilma Rousseff conta com o apoio do PSOL e pediu que ela não titubeie e não recue no projeto de lei da Comissão da Verdade.

– Lembremos que comis-

sões iguais foram montadas em todos os demais países do continente que também atravessaram tristes períodos de ditadura. A Comissão da Verdade é uma instituição necessária para tirar a limpo o que

ocorreu com Rubens Paiva, com Honestino Guimarães, com os que foram mortos na guerrilha do Araguaia. A Comissão da Verdade é uma necessidade histórica para o Brasil – afirmou.

Randolfe citou declaração do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para quem a comissão “é um dever do Estado brasileiro”.

Marisa cobra apoio federal para MS enfrentar chuvas

Marisa Serrano (PSDB-MS) cobrou do governo federal a liberação de recursos para que Mato Grosso do Sul possa enfrentar os problemas causados pelas enchentes das últimas semanas. Para Marisa, uma das questões mais urgentes é a falta de recursos das prefeituras para socorrer milhares de desabrigados, que estão sem alimentos.

A senadora também apontou como fundamental o apoio federal aos produtores de soja do estado, que tiveram perdas da ordem de 50%.



Marisa Serrano: socorro está atrasado

Plano definido ontem prevê reuniões entre presidentes e relatores dos dois colegiados, para esclarecer dúvidas e possíveis conflitos nos debates e decisões das duas Casas

Comissões de Reforma Política devem trabalhar em conjunto

AS COMISSÕES DE Reforma Política da Câmara e do Senado vão procurar harmonizar as sugestões que integrarão o anteprojeto em elaboração e, para isso, promoverão encontros sistemáticos entre seus dirigentes e relatores. O plano de ação foi traçado em reunião realizada ontem na Presidência do Senado, entre os presidentes das duas Casas, José Sarney e deputado Marco Maia.

Sarney disse que o objetivo é que as duas comissões cheguem a um acordo em torno de alguns pontos fundamentais.

– Se não fosse assim, seria difícil achar o caminho para a reforma – argumentou o senador.

Marco Maia justificou a ideia do trabalho em conjunto como fundamental para que, no fim, as propostas se integrem. Seguindo o deputado, a intenção é

que as duas comissões troquem constantemente informações em encontros entre os presidentes e relatores. Isso seria essencial para esclarecer dúvidas e possíveis conflitos nos debates e decisões nas duas Casas.

– As propostas vão ser tratadas de forma conjunta, até porque os temas são os mesmos: financiamento público, sistema eleitoral, coincidência de eleições, a forma de voto.

Também participaram da reunião os presidentes de ambas as comissões, senador Francisco Dornelles (PP-RJ) e deputado Almeida Lima (PMDB-SE), e senadores e deputados membros.

Medidas provisórias

Marco Maia também afastou qualquer possibilidade de crise entre as duas Casas, em decorrência do debate a respeito do tempo de tramitação das medidas

provisórias na Câmara. Senadores reclamaram nos últimos dias que o recebimento de MPs com prazo prestes a expirar impede o debate das matérias no Senado.

José Sarney e o líder do bloco governista, senador Humberto Costa (PT-PE), sugeriram o estabelecimento de um prazo definido para a MP tramitar em cada Casa legislativa. Também foi levantada a possibilidade de o Senado poder retirar das MPs emendas introduzidas pela Câmara que tenham pouca relação com a essência do texto original, sem necessidade de devolução àquela Casa para nova análise.

Marco Maia afirmou ainda que o rito cumprido atualmente pela Câmara é constitucional. Ele ressaltou que a Câmara é responsável pela avaliação de proposições originárias do Executivo e do Judiciário, enquanto cabe ao Senado sua revisão.



Ferraço (E) será relator da subcomissão, presidida pelo senador Eduardo Suplicy

Simon e Jereissati serão ouvidos pela Subcomissão de Reforma Administrativa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) foi eleito ontem por aclamação para o cargo de presidente da Subcomissão de Reforma Administrativa, que vai analisar o Projeto de Resolução (PRS) 96/09. Para relator foi indicado Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que já anunciou o convite ao primeiro relator da proposta, ex-senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), e ao senador Pedro Simon (PMDB-RS), autor de várias sugestões incorporadas ao projeto.

O PRS 96/09 altera o Regula-

mento Administrativo do Senado, de acordo com estudo elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), contratada pela Comissão Diretora para o serviço após a denúncia da edição dos chamados atos secretos.

O projeto – e as emendas a ele apresentadas – já havia sido examinado pela subcomissão temporária integrada pelos senadores Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Jereissati, Simon, Suplicy, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Sarney condena privilégio do governo a MPs

O presidente da Casa, José Sarney, disse ontem que a edição de medidas provisórias (MPs) é incompatível com o sistema presidencialista e que o governo deveria privilegiar o envio de projetos de lei ao Congresso.

– Acho que realmente foi um erro que a Constituição de 88 cometeu ao estabelecer essa medida, que é uma medida parlamentarista. No sistema parlamentarista, ela se justificaria, mas, no sistema presidencialista, complica de certo modo a legislação porque o Executivo passa a legislar – argumentou.

Questionado sobre declarações do presidente da Câmara, Marco Maia, que disse ser contrário à proposta de mudança no rito de tramitação das medidas provisórias, Sarney afirmou que “estamos procurando ajustar a legislação de modo que ela não crie problemas para as duas Casas e para o país”.

Sarney apontou ainda o curto prazo para exame de MPs pelo Senado e antecipou que proporrá prazo para o exame de MPs pela Câmara e pelo Senado.



Itamar Franco: poucos compareceram

Itamar critica falta de quórum para análise da MP 526

Ao alterar a MP 507/10 e devolvê-la à Câmara, na prática o Senado derrubou a MP que disciplinava sanções a funcionários públicos que quebrassem o sigilo fiscal de contribuintes. O recado dado ao governo, de que o Senado se recusava a apenas homologar as matérias vindas da Câmara, foi comemorado por Itamar Franco (PPS-MG). Porém, ontem, ele se sentiu frustrado ao não encontrar quórum para a instalação da comissão destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP 526/11.

O senador disse desconhecer as razões que levam os líderes do governo a se ausentarem de uma reunião que deveria debater uma medida lançada pela presidente a qual apoiam.



Na reunião na Presidência do Senado, Edinho Araújo, Dornelles, Marco Maia, José Sarney, Almeida Lima, Ricardo Berzoini e Valadares

Wilson Santiago defende voto majoritário

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) defendeu ontem o sistema de voto majoritário, objeto de proposta de emenda à Constituição (PEC 54/07) subscrita pelo presidente da comissão, senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Para Santiago, a maior distorção no sistema proporcional e com quociente eleitoral está na eleição de muitos outros candidatos na esteira de apenas um

bem votado. Ele lembrou declaração do vice-presidente Michel Temer ao defender o voto majoritário: “Quando se fala em democracia no Brasil, fala-se em maioria. Nas casas legislativas e nos tribunais de Justiça, as questões são decididas pela maioria. A única hipótese que contraria esse princípio é a do voto proporcional, o quociente eleitoral, que guarda uma distorção extraordinária”.

Outro ponto da reforma política abordado pelo senador foi o da suplência de senadores. O ideal seria seguir a lógica da votação majoritária, assumindo a suplência, por ordem, os candidatos mais votados.

– Assim, o candidato com maior número de votos assume a suplência. No caso de substituição de senadores, os eleitores verão serem empossadas no cargo pessoas eleitas por eles.

Aprovados embaixadores na Bélgica e África do Sul

A indicação de André Mattoso Maia Amado para o posto de embaixador na Bélgica e em Luxemburgo foi aprovada pelo Plenário ontem, por 58 votos a 3. Na mesma sessão, o Senado aprovou, por 57 a 5, a indicação de Pedro Luiz Carneiro de Mendonça para representar o país na África do Sul, nas Ilhas Maurício e no Lesoto.

Quando foi sabatinado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Maia Amado ressaltou a necessidade de o Brasil investir mais em ciência, tecnologia e inovação. O comércio com a Bélgica registra média anual de US\$ 5 bilhões. Mas, como lembrou o diplomata, os produtos primários ainda prevalecem na pauta de exportações brasileiras.

Já Carneiro de Mendonça ressaltou que ciência, tecnologia e inovação estarão entre as prioridades do relacionamento com a África do Sul, além do interesse em uma maior cooperação no campo dos esportes.

Presidente e conselheiro do Cade confirmados

O Plenário acatou ontem a indicação de Fernando de Magalhães Furlan para presidente e de Alessandro Octaviani Luis para conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O Cade é uma autarquia do Ministério da Justiça e tem como atribuições fiscalizar e prevenir abusos de poder econômico.

Indicados pela presidente Dilma Rousseff, Furlan recebeu 59 votos a favor e 5 contra e Octaviani teve 55 e 4. As indicações haviam sido aprovadas unanimemente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na manhã de ontem.

Furlan, 42 anos, é graduado em Direito pela Universidade de Brasília e em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina, com mestrado e doutorado em Ciência Política pela Sorbonne, em Paris. Octaviani, 35 anos, é formado em Direito, com mestrado em Ciência Política e doutorado em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo.

CCJ discute o fim dos projetos autorizativos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) iniciou ontem debate que pode mudar o tratamento que o Senado vem dando aos projetos autorizativos, como são chamadas as proposições normalmente destinadas a autorizar o Executivo a promover iniciativas que são de sua exclusiva competência.

A ideia mais provável será alterar o Regimento Interno para que o atual instrumento da “indicação” possa servir para o encaminhamento de sugestões aos demais Poderes, no lugar da aprovação de projetos para normas sem efeito jurídico, pois não produzem efeitos reais.

Comissão pode rever concessão de vistas

O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse ontem que vai avaliar a interpretação regimental, adotada pelo colegiado, de conceder vista apenas logo após a leitura do relatório de projeto. O senador comprometeu-se a apresentar uma decisão sobre o assunto na reunião da próxima semana.

A interpretação adotada pela CCJ a esse instrumento previsto no Regimento Interno foi questionada pelo senador Pedro Taques (PDT-MT). Em sua avaliação, o pedido de vista poderá ser concedido mesmo durante o decorrer dos debates.